

Assembléia Geral em Sobral reúne grande número filiados



ASSEMBLÉIA, NO DIA 11 DE OUTUBRO, DISCUTE QUESTÕES DO SINTSEF/CE

No último dia 11 de outubro, sábado, mais de 300 filiados do SINTSEF/CE participaram de uma Assembléia Geral, ocorrida em Sobral, na Região Norte do estado.

A assembléia foi convocada, através de edital, para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Informes; 2) Rediscutir a decisão do Conselho de Delegados de Base sobre os procedimentos do empregado do SINTSEF/CE, Vicente Paulo dos Santos, pelas irregularidades praticadas na Delegacia Sindical do Cariri; 3) Desdobramentos do processo eleitoral do SINTSEF/CE, realizado nos dias 2, 3 e 4 de junho de 2008; 4) Encaminhamentos. (pág. 8)

Seminário discute carreira dos servidores do Meio Ambiente

Reuniram-se em Brasília, no último dia 10 de outubro, servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO e Ministério do Meio Ambiente - MMA para participarem de um seminário que discutiu os principais pontos do tema: “reestruturação da carreira de especialista em meio ambiente”. (pág. 3)

Servidores da FUNASA do Ceará vão à Brasília defender o órgão

Os servidores da FUNASA da Região Metropolitana de Fortaleza e mais os sete delegados eleitos nas delegacias regionais de base, no interior, reuniram-se no dia 10 de outubro, na sede do SINTSEF/CE. O evento foi preparatório para o encontro nacional da FUNASA, em Brasília, que ocorreu no dia 12. Vinte estados enviaram 105 delegados para o evento. O SINTSEF/CE participou com 18 representantes. (pág. 4)

Time do SINTSEF é campeão da 4ª Copa do Trabalhador



(pág. 8)

Contra o imposto sindical e a unicidade

Desde a década de 40, existe no Brasil uma concepção sindical chamada “corporativista”. De acordo com essa compreensão, os interesses dos trabalhadores subordinam-se aos do patrão, em decorrência da existência do imposto sindical¹ e da unicidade², previstos no Título 5 da CLT, que é o que institui o atrelamento dos sindicatos ao estado.

Com a fundação da CUT, em 1983, iniciou-se uma luta por liberdade e autonomia sindical, isto é, pela revogação do título 5 da CLT, o que colocaria fim no imposto sindical e na unicidade. Em 2007, foi editado o PLP 1990/07 (Lei 11.648), mantendo o dito imposto e a unicidade, sofrendo, portanto, resistências na base da CUT. Em agosto de 2008, o governo firmou um compromisso com a CUT e outras centrais para enviar ao Congresso um Projeto de Lei acabando com o Imposto Sindical. No entanto, esse compromisso ainda não foi cumprido, ao invés disso, o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, quer cobrar também dos servidores públicos, conforme apresenta a Instrução Normativa 1, do Ministério do Trabalho.

Assim como a CUT, o SINTSEF/CE, e a CONDSEF, confederação a qual é filiado, são a favor da sustentação financeira independente do Estado e da liberdade de organização sindical, portanto, contra o imposto sindical e a unicidade.

Os sindicatos e trabalhadores sabem que há poderosos interesses em favor da manutenção do imposto e da unicidade sindical. Porém, há também a oportunidade de revogá-los. Agora é o momento de todos que querem combater o poder indiscriminado do governo e dos patrões se unirem, junto com a CUT, para acabar com esses dispositivos legais.

O SINTSEF/CE se coloca contra a Instrução Normativa 1, do Ministério do Trabalho, contra o imposto sindical e a unicidade. Vamos juntos levantar essa bandeira!

Direção Colegiada

1 O IMPOSTO SINDICAL É O VALOR REFERENTE A UM DIA DE TRABALHO POR ANO, DESCONTADO EM ABRIL, E REPASSADO PARA A CONFEDERAÇÃO (5%), CENTRAL SINDICAL (10%), FEDERAÇÃO (15%), SINDICATO (60%) E CONTA ESPECIAL EMPREGO E SALÁRIO (10%).

2 A UNICIDADE É O DIREITO LEGAL DO ESTADO - DOS PATRÕES! - DECIDIR QUAL SINDICATO REPRESENTA OS TRABALHADORES (DECRETO-LEI Nº 5.452, ART. 516 E CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 8º, INCISO II).

Centralidade da Reforma Agrária

Os acontecimentos recentes observados nas finanças e na economia mundiais, a exemplo do colapso resultante da especulação desenfreada, o aumento dos preços dos alimentos, dentre outros, favorecem sobejamente o ambiente para uma reflexão sobre o papel do Estado Nacional, diante desta realidade.

No caso brasileiro, não deve restar nenhuma dúvida quanto à necessidade de construirmos um Plano Nacional de Desenvolvimento. Afinal, mesmo na presença do risco sistêmico que as oscilações em curso representam, são inegáveis as condições para a implementação de uma proposta centrada na ampliação e no fortalecimento do mercado interno.

Caso esse cenário se apresente nas formulações em curso das políticas públicas, será imprescindível conduzirmos um efetivo programa de Reforma Agrária, delineado com contornos ampliados em relação aos atualmente utilizados.

A Reforma Agrária da qual estamos falando, deve representar uma perspectiva de mobilidade social ascendente. Portanto, as possibilidades com as quais os assentados (as) deverão se deparar ocorrerão num plano distinto daquele historicamente pensado com base na dicotomia campo e cidade.

Não existe essa oposição. Qualquer política pública que vise se amparar numa formulação linear quanto às possibilidades de utilização dos recursos naturais, nos moldes daquelas que não são orientadas na sustentabilidade ambiental, deve ser repensada.

A proposta atualmente em disputa, envolvendo a regularização de terras na Amazônia Legal, representa um risco elevado de ampliação da devastação ambiental, resultante da flexibilização das regras e dos procedimentos vigentes, onde

se busca reduzir substancialmente o papel institucional do INCRA no processo de ordenamento da estrutura fundiária naquele território.

Por outro lado, trata-se do momento oportuno para reconduzir ao centro dos debates o fortalecimento dos meios de vida das populações tradicionais habitantes daquela Região, ou melhor, garantir as condições socioeconômicas, ambientais e políticas da Soberania Alimentar.

Nesse sentido, realizamos entre os dias 29 e 30/09/2008, em Fortaleza, eventos iniciais para debater as questões relacionadas às proposições no âmbito do Plano Amazônia Sustentável-PAS e os desdobramentos com relação à situação da Amazônia Legal e do INCRA. Chamaram ao debate, juntamente com a ASSINCRA, a ADUFC, a ADITAL, a ASIBAMA, a CPT/CÁRITAS, a CNBB, a FETRAECE, o MST, o SINTSEF/CE e VIA CAMPESINA/MAB.

Como resultado dos encontros realizados dois encaminhamentos apontam para o aprofundamento das discussões e a construção de propostas participativas. Primeiro, a constituição de um grupo de trabalho ou núcleo de discussão, com representação dos trabalhadores do campo e da cidade, para produzir e divulgar material sobre a “regularização fundiária na Amazônia Legal” e suas possíveis conseqüências. Em segundo lugar, identificar e contextualizar com clareza os problemas da Amazônia Legal, associando-os a outras ações correlatas desenvolvidas no País, implicadas diretamente na questão da Soberania Nacional.

Paulo Barquete, Economista, Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do INCRA

Sociedade debate o Plano Amazônia Sustentável

O SINTSEF/CE, a Associação dos Servidores do INCRA – ASSINCRA, a Associação dos Docentes da UFC – ADUFC, a Associação dos Servidores do IBAMA no Ceará – ASSIBAMA/CE, a Comissão Pastoral da Terra – CPT/CE, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará – Ferreira, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e o Movimento Sem-terra – MST realizaram no último dia 29 de setembro, pela manhã no auditório do INCRA e a tarde no da ADUFC, um debate sobre “O Plano Amazônia Sustentável – PAS, e a proposta de criação do Instituto de regularização fundiária da Amazônia – IRFAM, suas estratégias políticas, interesses envolvidos, implicações para as questões fundiárias,

reforma agrária e ambiental”.

O debate contou com a presença de Paulo Barquete, Economista, Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário do INCRA, José Vaz Parente, diretor da CNASI e Edson Cardoni, do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP-DF.

O Plano Amazônia Sustentável (PAS) foi lançado pelo governo federal no dia 8 de maio deste ano. De acordo com o que foi apresentado, o PAS prevê a implementação de um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira e engloba, ao todo, 16 compromissos assumidos pelo governo federal para colocar em prática ações emergenciais e estruturantes na região. A abrangência territorial do PAS inclui

os nove estados-membros da Amazônia Legal – Acre; Amapá; Amazonas; Pará; Rondônia; Roraima; Tocantins; Mato Grosso e parte do Maranhão – além de partes do estado de Goiás e do Distrito Federal.

A Amazônia tornou-se um dos temas mais discutidos na atualidade. A questão ambiental que envolve essa região estratégica é uma preocupação constante dos governos e da sociedade, no Brasil e no mundo. Debates acerca do tema são imprescindíveis para uma conscientização e tomada de posição da sociedade sobre o conteúdo de tais propostas e suas implicações para o desenvolvimento sustentável da região, com repercussões além das fronteiras regionais e sobre a soberania nacional.

Seminário discute carreira dos servidores do Meio Ambiente

Reuniram-se em Brasília, no último dia 10 de outubro, servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO e Ministério do Meio Ambiente - MMA para participarem de um seminário que discutiu os principais pontos do tema: “reestruturação da carreira de especialistas em meio ambiente”.

Estiveram no evento representando o Ceará a integrante do Departamento dos Trabalhadores do Meio Ambiente da CONDSEF – DENTMA, Waldenísia Gadelha, servidora do DNOCS e a delegada eleita em assembléia, Antônia Lúcia, trabalhadora do IBAMA. Os estados de Tocantins, Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia, Pernambuco, Bahia, Amazonas e Minas Gerais, além do Distrito Federal também enviaram representantes ao encontro.

Apesar de o cenário atual ser bastante pessimista, as discussões caminharam para um aprofundamento e um efetivo consenso na maioria dos pontos. Infelizmente, o Governo está usando a crise

mundial como desculpa para engessar os processos de discussões, o que exigirá dos servidores, uma maior capacidade de elaboração e mobilização para avançar.

Os principais pontos de luta apresentados no seminário e aprovados em consenso foram: 1) Adicional de qualificação; 2) Adicional de Atividade Ambiental (de Campo); 3) Realinhamento das tabelas de nível médio (que estão muito a baixo do nível superior), menos de 50%; 4) Equiparação salarial com a carreira de Especialista do BACEN; 5) Atualização das tabelas em conjunto com o Dieese; 6) Pautar o debate com audiências públicas; 7) Combater a fragmentação das entidades, que resulta no enfraquecimento da carreira; 8) Na reestruturação da carreira resgatar outras questões importantes; 9) Mesmo que o Ministério do planejamento diga não, o papel do servidor é mobilizar; 10) Não discutir e/ou ceder, no Ministério do Planejamento, em itens que já foram acordados em 2005; 11) Não levar aos fóruns nacionais posições pessoais, discutir exaustivamente nos

fóruns estaduais e retornar para uma consolidação em um fórum maior; 12) Não ao fortalecimento das políticas de gratificações; 13) Incorporar as gratificações; 14) Valorização do VB para que seja 100% da remuneração, não sendo possível não abrir mão de, pelo menos, da relação anterior ao reajuste; 15) Não punir o servidor por problemas de gestão; 16) Que a avaliação individual seja estabelecida a partir de critérios que integrem o servidor em processos de capacitação e não em redução salarial; 16) 2% do orçamento dos órgãos para a capacitação continuada dos servidores; 17) Discutir a criação dos cargos de Oficial e de Agente Federal Ambiental (realização de seminário com a participação efetiva dos servidores que trabalham com fiscalização).

Como encaminhamento final foi deliberado que a sistematização do seminário deveria ser finalizada em no máximo 5 dias e divulgada para as entidades filiadas, pela CONDSEF, bem como ao Dieese juntamente com o material necessário para o trabalho conjunto de atualização e comparação das tabelas.

ATENÇÃO SERVIDORES DEMITIDOS NO GOVERNO COLLOR DE MELLO

Os servidores demitidos no governo Collor de Mello, no período de 1990 a 1992, e anistiados pela Lei 8878/94, que deixaram de requerer revisão de processo de anistia em 2004, conforme Decreto 5115/04, compareçam ao SINTSEF/CE e procurem a Comissão de demitidos/anistiados para formularem nova revisão de anistia. Caso o seu órgão à época da demissão fosse : COBAL, CIBRASSEN ou CSP, procure a CONAB para preencher o referido requerimento.

Encontro e ato em Brasília defendem a FUNASA

Os servidores da Saúde reuniram-se em Brasília no último dia 12 de outubro, para debater o Desmonte/Extinção da FUNASA e um Plano de Lutas do segmento. Vinte estados enviaram 105 delegados para o evento. O SINTSEF/CE destacou para o encontro os delegados Francisca Inácia Lima Guimarães, Francisco Carlos Alves Camêlo, Elias de Sousa Dantas, José Laerton Patricio Alexandre, Antonio Pedro de Oliveira, Francisco de Paula Matias da Silva, Elizaldo Sérgio Cordeiro, Antônio Moacir Azevedo Costa, Paulo Henrique Braga, Maria Eugênia Carneiro Sousa, José Guedes de Araújo Neto, Adelina Maria Melo Feijão, Antonio Vilberto Marque Leite, José Antônio Pereira Barreto, Flávia Teixeira Saboia, José Hibiss Farias Ribeiro, Francisco Gonçalves Vieira e José Hélio Alves de Araújo, eleitos em assembléia. O coordenador geral do sindicato e diretor da CONDSEF, Luis Carlos Macêdo, também participou do encontro.

Na ocasião, o SINTSEF/CE apresentou suas propostas, tiradas em assembléia ocorrida na sede da entidade na sexta-feira, dia 10. Foi deliberado como principal ponto de luta a questão da lotação dos servidores descentralizados da FUNASA.

No dia 13, ocorreu um ato em frente

ao Ministério da Saúde, com a participação de cerca de 300 trabalhadores, contra a criação da Secretaria de Atenção Primária e Promoção da Saúde e o desmonte/extinção da FUNASA. Como fruto do ato, uma comissão formada pelos representantes da CONDSEF, Sérgio Ronaldo, Luis Carlos Macedo, Gilberto Gomes e Neide Solimões e pelos integrantes do Departamento dos Trabalhadores em Saúde – DESC, Sebastião Nunes, José Felipe e José Augusto, reuniram-se com a Secretária Executiva do Ministério da Saúde Márcia Bassit Mazzoli e representantes do Ministério, para discutir o problema dos servidores da FUNASA.

Um ponto levantado foi o Projeto de Lei 3958, de 31 de agosto de 2008, que cria a Secretaria de Atenção Primária e Promoção da Saúde, levando para o Ministério da Saúde todo atendimento à saúde indígena, atribuição hoje da FUNASA, inclusive no que diz respeito aos



ATO DA FUNASA EM BRASÍLIA

Recursos Humanos. Os servidores ressaltaram que isso representa um desmonte da Fundação, que ficaria apenas com o saneamento básico como atribuição. No entanto, de acordo com a secretária executiva, a idéia do governo é reestruturar a FUNASA, dando uma nova “roupagem” ao órgão. O PL hoje está sendo discutido por um GT formado por técnicos do Ministério da Saúde, da Casa Civil, do Ministério do Planejamento dentre outros e, se aprovado, deve ser regulamentado por um decreto. Em um segundo momento será elaborado um regimento interno da nova secretaria, o que descaracterizaria totalmente a atual FUNASA. Os servidores estão organizando-se para realizar uma mobilização em todo o país em relação a essas questões.

Encontro do CDE define calendário de atividades e repudia imposto sindical

O Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) da CONDSEF se reuniu na sede da entidade, em Brasília, no dia 9 de outubro para definir o calendário de atividades que será seguido pela Confederação até a primeira quinzena de novembro.

Representantes de dezenove estados (RJ, PR, RR, PI, MT, MS, AP, SC, BA, RO, PE, PA, GO, MG, RS, PB, GO, SE, TO) participaram da reunião.

Além da definição do calendário, outro tema da pauta foi a Instrução Normativa 1, do Ministério do Trabalho, que institui cobrança de imposto sindical a todos os servidores públicos. A IN foi fortemente repudiada pelos representan-

tes sindicais das entidades participantes.

Representada no CDE pela diretora Lúcia Reis, a CUT (Central Única dos Trabalhadores), também contrária ao imposto, faz coro na luta para reverter a situação. A Condsef vai encaminhar

ofício ao Ministério do Planejamento e reforçar o pedido de audiência com o ministro Lupi junto ao Ministério do Trabalho.

Confira o calendário de atividades elaborado no encontro.

Atividade	Data	Local
Seminário de reestruturação do Iphan	24/10	Rio de Janeiro (Sintrasef)
Encontro da Cultura	25/10	Rio de Janeiro (Sintrasef)
Seminário de reestruturação do Inbra	29/10	Brasília (Condsef)
Encontro AGU	05/11	Brasília (Condsef)
Encontro MTE/SRTs	05/11	Brasília (Sindsep-DF)
Encontro Agricultura (MAPA)	14/11	Brasília (Condsef)
Encontro DNOCS	14/11	Recife (Sindsep-PE)

DNIT em greve nacional com adesão em todos os estados

Desde o dia 5 de outubro, os trabalhadores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT) estão em greve nacional. Do início até agora, a greve foi ganhando força, atingindo adesão em todo o país. No entanto, a categoria mantém 30% das atividades essenciais funcionando. Os servidores do DNIT buscam o cumprimento dos acordos firmados com o governo e quebrados pela medida provisória (MP) 441. O governo chegou a dizer que só negociaria caso a greve fosse suspensa, mas os servidores só devem interromper o mo-

vimento caso seja apresentado algo que atenda a pauta emergencial da categoria. Em todo o país o DNIT possui três mil funcionários.

No estado do Ceará há dois pontos distintos de reivindicações: os servidores do quadro técnico pedem o cumprimento do acordo de manutenção de 80 pontos na tabela salarial até que houvesse a avaliação de cada função; já os engenheiros mobilizam-se pela reestruturação do órgão.

Confira no box ao lado a pauta de reivindicação dos servidores.

SINTSEF/CE participa de ato em defesa dos anistiados

Nos dias 23 e 24 de setembro, o SINTSEF/CE esteve representado, em Brasília, pelos companheiros Álvaro Teixeira e Wellington Cleiton, membros da Comissão dos Demitidos e Anistiados de sua base. O motivo da ida à capital federal foi a participação em um ato que ocorreu no Palácio do Planalto, em frente ao Ministério do Planejamento, para cobrar do governo celeridade na publicação das portarias de retorno ao serviço público e a reabertura de prazo para requerimento da anistia, daqueles que não o fizeram em 1994 e 2004.

A pressão dos demitidos/anistiados

no governo não pode parar. Algumas poucas readmissões já aconteceram, mas ainda falta muito para que todos retornem aos seus lugares de direito. Dos 614 anistiados do BNCC, por exemplo, que entraram com requerimento em 2004, com base no decreto 5105, 545 já foram entrevistados pela DFA, Ministério do Planejamento, MAPA, Defensoria Pública da União, dentre outros órgãos. Alguns desses processos estão no gabinete do Ministro do Planejamento, aguardando publicação de portaria.

Confira abaixo o andamento do processo de revisão de anistia.

Requerimento de revisão de anistia. Decreto nº 5.115/2004

HISTÓRICO DA TRAMITAÇÃO

Data: 02/10/2008	Situação: EM TRÂMITE
Localização: ASSESSORIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA - ASTEC/GM	
Data: 29/09/2008	Situação: EM TRÂMITE
Localização: GABINETE DO MINISTRO - GM/MP	
Data: 22/09/2008	Situação: EM TRÂMITE
Localização: CONSULTORIA JURÍDICA - MP	
Data: 22/09/2008	Situação: EM TRÂMITE
Localização: SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS - SRH/MP	
Data: 22/10/2007	Situação: EM TRÂMITE
Localização: GRUPO DE TRABALHO/SRH - ANISTIA COLLOR / DECRETO 6.077/2007	
Despacho do Trâmite: PROCESSO RETORNADO DO MAPA EM 22/10/07 EM ATENDIMENTO AO OFICIO Nº 1880/07 - SRH/MP.	
Data: 20/09/2004	Situação: EM TRÂMITE
Localização: COMISSÃO ESPECIAL INTERMINISTERIAL - CEI/SRH	

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO

- Realização imediata de Concurso Público para provimento de servidores efetivos de todas as Carreiras do DNIT (Lei 8.112/90), com utilização de todas as vagas previstas pelo MPOG para a Autarquia;
- Revisão das tabelas remuneratórias adequando-as à posição estratégica do DNIT no cenário nacional, evitando-se assim a evasão maciça dos servidores do Órgão;
- Pagamento imediato de oitenta pontos a título de gratificação de desempenho a todos os servidores do DNIT, até a regulamentação das mesmas;
- Regulamentação imediata das gratificações de desempenho e de qualificação;
- Extensão da Gratificação de Qualificação a todos os servidores de nível médio;
- Regulamentação imediata da progressão funcional;
- Paralisação imediata do processo de contratação de servidores temporários;
- Estruturação do DNIT (Decreto);
- Estrutura física;
- Definição das atribuições das carreiras e cargos;
- Incorporação das Administrações Hidroviárias diretamente na estrutura hierárquica do DNIT;
- Instituir uma política permanente de capacitação para os servidores efetivos do Órgão;
- Implementar a Comissão de avaliação do estágio probatório;
- Homologação dos aprovados em estágio probatório;
- Provimento dos cargos em comissão níveis DAS 1 a 4 exclusivamente por servidores do DNIT;
- Inclusão dos trinta servidores do DNIT no Plano Especial de Cargos;
- Otimização das funções gratificadas;
- Instituição de parâmetros para a realização de concurso interno com vistas à remoção de servidores para outras unidades da federação;
- Recuperação do patrimônio físico do DNIT que está atualmente a cargo da Secretaria de Patrimônio da União/MPOG.

A FORMAÇÃO TEM QUE CONTINUAR

A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores, as mudanças sociais profundas só foram realizadas a custo de muita luta de nossa classe. A única classe que desejo, pode e precisa mudar o mundo é a classe dos trabalhadores.

Essas questões só podem ser compreendidas se estudar paciente e atentamente a realidade. Conhecer para lutar melhor. Debater para aprender coletivamente. A formação é mais do que nunca essencial para os sindicatos e para todos movimentos sociais. Formar novos militantes, descobrir coletivamente novas estratégias e formas de lutas.

O mundo hoje é complexo, mas não adiante só constatar isso. Todas as vezes em que terminamos um curso ou seminário de formação, no momento da avaliação, a maioria dos participantes reafirma a importância da formação política, tanto para os novos quanto para os antigos militantes e dirigentes.

Que a formação deve ser prioridade, deve ser continuada, abordar outros temas, para compreender a história, a economia, a política, a sociedade, direitos sociais, meio ambiente, saúde, gênero, cultura, educação, o Estado, enfim, aprofundar o conhecimento sobre todos os aspectos da vida do trabalhador.

Em esse sentimento de que a formação é algo estratégico, fundamental e necessário, vem sendo manifestado em todos os espaços de debate das direções, congressos e plenárias sindicais. É verdade que vivemos um tempo complexo, com profundas e aceleradas mudanças no mundo do trabalho, de globalização, crise do emprego formal e do trabalho assalariado.

Um tempo em que a dominação capitalista se traveste de novas formas de gestão, de novos métodos de produção, de novas sociabilizadas baseadas no consumo, no individualismo, na competição é na desenfreada bus-

ca de respostas individuais para problemas que só podem ser resolvidos coletivamente.

As inovações tecnológicas, o en-deusamento do mercado, que transforma o dinheiro numa religião, a alienação crescente dos jovens, a falta de perspectivas profissionais, a exclusão crescente das massas trabalhadoras, colocam para nós o desafio de se debruçar nos estudos, abandonar as respostas fáceis, os chavões, as palavras de ordens vazias de conteúdos, e aprofundar na reflexão política da realidade em que vivemos.

Ler, criticar o que lê, estabelecer comparações sobre o que se está lendo, buscar dados, informações complementares, se abastecer de teoria, para enfrentar um praticismo cada dia mais despolitizado que assola o sindicalismo atual.

A formação é uma arma estratégica, uma ferramenta cada dia mais essencial, pois ela permite o debate, a reflexão coletiva, a elaboração científica das respostas aos nossos atuais desafios. O próprio movimento sindical passa por profundas mudanças, temos o desafio colocado pela reconhecimento e legalização das centrais sindicais, pelo nova configuração da estrutura sindical atual.

Tarefas cada dia mais importantes como a luta pela redução da jornada de trabalho, o combate ao imposto sindical e a busca de novas formas autônomas e livres de financiamento dos sindicatos, a necessidade de se realizar campanhas massivas de sindicalização, no sentido de fortalecer os sindicatos.

As lutas pela aprovação das convenções da OIT (87, 151, 158), entre outras urgentes tarefas. No setor público, garantir as mesas de negociação, a ampliação e defesa dos direitos, o respeito ao trabalhador do serviço público.

Por isso criar, ter, manter e aprofundar seu plano de formação política e sindical, fortalecendo as delega-

cias, OLTs, sessões sindicais, CIPAs, núcleos, representações por locais de trabalho, etc, politizando os debates, ampliando sua representação, trazendo novos filiados, dando argumentos aos seus dirigentes nos embates contra o Estado e os patrões.

O sindicalismo combativo, representado pela CUT, deve aprofundar a formação, para consolidar-se como a central sindical mais representativa, forte, democrática, autônoma, independente, e de luta e enraizada em todo território nacional. Não é hora de divisão, de aventuras, de esquerdismo, de palavras de ordens vazias de sentido prático e de engajamento estratégico.

Organizar um coletivo de formação, manter uma agenda de cursos, com metodologias que garantam a participação de todos, em todos os níveis, sem dogmatismos, sem preconceitos, sem patrulhamentos, sem arrogâncias pretensamente intelectuais, são tarefas da gestão sindical.

Analisar a conjuntura, discutir e conhecer as concepções sindicais em disputa hoje no movimento, conhecer a história de nossa classe, estudar as classes sociais, o Estado brasileiro, abordar as questões de gênero, sexualidade, juventude, aposentados, questões étnico-raciais, enfim, uma agenda plural, que não seja meramente decorativa, mas permanente, continuada, para fazer avançar nossa organização, na luta contra o capitalismo e seu Estado, a burguesia, e os inimigos dos trabalhadores. Se muito conquistamos, é porque muito lutamos.

Avançar depende da nossa união, solidariedade e construção coletiva. Se muito vale o já feito, mais vale o que será

Helder Molina

Historiador, professor da faculdade de Educação da UERJ, educador sindical, assessor de formação da CUT-RJ

Confira abaixo os informes da coordenação jurídica

3,17% da FUNASA

Após muita luta da assessoria jurídica do SINTSEF/CE, finalmente foi iniciado o pagamento dos 3,17% da FUNASA. Esta primeira RPV está sendo pago desde 08 de outubro de 2008 para 61 participantes. Já foram expedidas 17 RPV'S, sendo numeradas no TRF-Recife, seis delas com 918 participantes.

No momento, o sindicato está aguardando o calendário de pagamento do TRF-Recife, que poderá enquadrar mais cinco RPV'S, no mês de novembro.

Houve um compromisso do juiz e funcionária, que prepara as RPV'S e que todos estarão prontas até 31-12-08.

3,17% dos Ministérios e outros órgãos

Já foram expedidas 58 RPV'S, sendo que 53 já foram numeradas TRF-Recife, com possibilidade de serem pagas até dezembro de 2008. Gira em torno de 2.500 participantes. Estaremos enviando dentre em breve cartas aos nossos filia-

dos, orientando os documentos a serem apresentados na entidade bancária. Atualizem seus endereços no setor jurídico do sindicato, para que as cartas cheguem ao seu destino.

Outros Processos

Estão sendo pagos por todas essa semana 2 processos, sendo um precatório complementar da FUNASA, com 419 participantes referentes ao plano verão e outro de ex-demitido da CONAB, com oito participantes.

Eleições do SINTSEF: audiência ouve testemunhas

No último dia 8 de outubro, ocorreu na 8ª Vara do Trabalho de Fortaleza, mais uma audiência relativa ao processo 01038-2008-008-07-00-8, que trata da questão das eleições do SINTSEF/CE.

No caso, os réus são o SINTSEF/CE, integrantes da Chapa 1 e membros da Comissão Eleitoral – eleição 2008 e a requerente é a Chapa 2 e seus integrantes.

Na ocasião o juiz apresentou a todos os presentes (representantes das duas chapas, da comissão eleitoral e advogados) como seria a metodologia daquele dia e em seguida pediu que todos se retirassem da sala de

audiência, com exceção dos advogados. Um a um foram ouvidos: os representantes da Chapa 2 (Carlos Alberto, Luciano Filgueiras, Vera Oliveira, Elias Andrade e Alfredo Moreira) e os membros da Comissão eleitoral (Vilberto Marques Leite, Cristina Alves Gondim, Hibiss Farias, Raimundo Nonato Júnior e Luziana Emidio Laureano).

Em decorrência do avançado da hora a sessão foi suspensa, tendo em vista que já fazia cerca de 10h que as pessoas estavam sendo ouvidas e quem já havia se pronunciado tinha que esperar pelos demais (a audiência começou às 10h e terminou às

19h30min). Ficou agendada para o dia 19 de novembro a continuação da referida audiência, quando serão ouvidas as demais testemunhas. O mandato da atual direção foi prorrogado mais uma vez, agora até o dia 28 de novembro.

Retificação – Em informes anteriores foi dito que não houve nenhuma intenção de acordo por parte das duas chapas, a Chapa 1, no entanto, informa que formalizou, através de petição, uma proposta de que a questão das eleições fossem resolvidas através de uma assembléia geral da categoria. Esta proposta foi rejeitada pela Chapa 2.

Atualização de endereços dos servidores

Atenção servidores filiados ao SINTSEF. Atualizem seus endereços! Diversas cartas estão voltando por causa de endereços errados e/ou inexistentes. Relacionamos abaixo alguns servidores que devem entrar em contato com o setor jurídico do Sindicato através do telefone 3255-7300.

Otavio Cordeiro de Farias – EAF Crato
Maria Herbene Góes Temóteo – Ministério da Saúde
Sandra Campos de Queiros – Ministério da Fazenda
Débora Vitoriano de Oliveira – Ministério da Saúde
Maria das Graças Lima Ferreira – Ministério da Saúde
Marfisa Alves Ribeiro – Ministério da Saúde
Cícera Borges Machado Moura – Funasa
Aluisio Lucas de Souza – Funasa
Edilson dos Santos Souza – Funasa
Fernando Antonio Sampaio Silveira – Funasa
Tebege Pimentel Freire - Comando da Marinha
Francisco Ladislau Martins – Ministério dos Transportes
Aureliana Barreiro Rocha – Ministério da Fazenda
Maria Albaniza Braga Clementino – Min. das Comunicações
Deoclesio Basilio da Silva – Funasa

Adalberto Pereira Rodrigues - Funasa
Agostinho Gomes de Sousa – Funasa
Alexandre Brasil Bezerra de Menezes – Funasa
Maria Josineuma Chaves de Aragão – Inkra
Maria Alice Sousa de Góes Pontes – UFC
Maria Luiza Pereira da Cunha – Comando do Exército
Waldemir Quevedo Nogueira - Base Aérea de Fortaleza
José Aluisio Gurgel do Amaral – Ministério da Fazenda
Expedito Ferreira da Silva - Comando da Marinha
Antonio Soares Oliveira – Ministério das Comunicações
José Pereira Rodrigues – Ministério da Fazenda
José Wilson Aires da Silva - Ministério da Saúde
Afonso de Miranda Marques – Inkra
Maria das Dores Ayres Feitosa – Inkra
Oséas Ribeiro Costa - Ministério dos Transportes

Assembléia do SINTSEF/CE discute eleições do sindicato

No último dia 11 de outubro, sábado, mais de 300 filiados do SINTSEF/CE participaram de uma Assembléia Geral, ocorrida na Associação Atlética Banco do Brasil - AABB, em Sobral, na Região Norte do estado.

A assembléia foi convocada, através de edital, para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Informes; 2) Rediscutir a decisão do Conselho de Delegados de Base sobre os procedimentos do empregado do SINTSEF/CE, Vicente Paulo dos Santos, pelas irregularidades praticadas na Delegacia Sindical do Cariri; 3) Desdobramentos do processo eleitoral do SINTSEF/CE, realizado nos dias 2, 3 e 4 de junho de 2008; 4) Encaminhamentos.

O ponto de maior relevância foi o desdobramento das eleições. Sobre o tema a ata do evento registrou: “ A Assembléia Geral entende que não ocorreu nenhuma

dúvida quanto à lisura do processo eleitoral, constatando que os votos dados pelos servidores de Orós, da Urna 58, são perfeitamente válidos e não há razão nenhuma para que os mesmos não sejam legitimados. Portanto, a assembléia delibera pelo reconhecimento do resultado das eleições para Direção Colegiada, Conselho Fiscal e Coordenação das Delegacias Sindicais de Base, realizado no período de 2 a 4 de junho de 2008, para o triênio 2008/2011 proclamado pela comissão eleitoral: Chapa 1 - Unidade e Luta - 2477 votos, 50,17%; Chapa 2 - Renovação, Independência e Luta - 2460 votos, 49,83%; do total de 4937 votos válidos, 65 votos brancos e 95 votos nulos, totalizando 5097 votos, equivalentes a 56,65% dos 8997 filiados aptos a votarem.

A assembléia deliberou ainda que o SINTSEF/CE deve posicionar-se to-

talmente contra o imposto sindical e a Instrução Normativa I, do Ministério do Trabalho (mais informações no editorial desta publicação). A luta deve ser para revogar a IN, mas, caso isso não seja conseguido até março do ano que vem, quando os descontos começarão, o SINTSEF irá devolver o valor descontado aos seus filiados.

Mais uma questão discutida e referendada na assembléia diz respeito à Região dos três climas, Itapipoca. A partir de agora, o SINTSEF/Ce deve dar àquela localidade o mesmo tratamento das delegacias sindicais de base do interior, no que concerne à eleição de delegados para representação em eventos. A deliberação já deve começar a valer para a eleição de delegados para assembléia estatutária da CONDSEF, que acontecerá em dezembro.

SINTSEF vai ao encontro nacional de aposentados e pensionistas

Aposentados e pensionistas de todo o Brasil reuniram-se na sede da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), em Luziânia (GO), para o encontro nacional da categoria. Promovido pela CONDSEF, o encontro discute os principais problemas que afetam aposentados e pensionistas do serviço público federal. A quebra da paridade (direito constitucional que garante aos servidores mesmo salário e reajustes que os servidores em exercício) segue como um dos maiores desafios a serem enfrentados pelos trabalhadores públicos. O governo insiste em não reconhecer esse direito, defasando cada vez mais o salário dos aposentados do serviço público. Estratégias e táticas para

cobrar do governo o cumprimento da paridade são alguns dos pontos discutidos nesse encontro.

O SINTSEF enviou 18 delegados, sendo 7 eleitos nas Delegacias Sindicais de Base: Argemiro Medeiros (Vale do Jaguaribe), Raimundo Ercílio (Inhamuns), Maria Zilda (Sertão Central), Rita de Cassya (Centro Sul), Antônio Cardoso (Norte), Francisca Furtado (Baturité), José Atailde Figueiredo (Cariri), 10 escolhidos no encontro da Região Metropolitana: Aluísio Bastos, Hervalino Moreira, Vânia Temóteo, José Araújo, José Carlos, Pedro Pedrosa, Francisco Teles, Enoque de Lima, Francisco Soares, Geraldo Pereira, Murilo Maciano e o coordenador do Departamento de Aposentados e Pensionistas da CONDSEF (DENAP), Eudes Rodrigues.

O assédio moral foi outro assunto abordado pelos aposentados e pensionistas eleitos para representar sua base em assembléias nos estados. Normalmente apontado como assunto que afeta apenas servidores ativos, o assédio moral também é sentido na pele pelos aposentados. Quando nega direitos e obriga o servidor que já cumpriu com seu dever junto ao Estado a passar por uma série de constrangimentos, o governo está praticando o assédio moral a aposentados e pensionistas. Geraldo Pereira, Murilo Maciano e Eudes Rodrigues participaram também do Seminário sobre Assédio Moral.

SINTSEF/CE campeão da 4ª Copa do Trabalhador

O time de futebol de campo do SINTSEF/CE foi campeão da 4ª Copa do Trabalhador, evento promovido pela Prefeitura de Fortaleza. A final aconteceu no dia 13 de setembro, no Alcides Santos, estádio do Fortaleza Esporte Clube. A equipe do SINTSEF/CE venceu o time do SINTAS/CE, pelo placar de 3 x 1. Os gols do SINTSEF/CE foram marcados pelos atacantes Bin lad (2) Roberto. A equipe foi formada por: Sandro, Dim, Orismildo, Fernando, João Paulo, Roberto, Will, Paulo, Darlan, Idelvan, Binlad, Betinho e Flavio. A festa de premiação aconteceu na sede do sindicato no dia 19 de setembro, com a participação de diversas equipes que abrilhantaram a competição. Na ocasião estiveram presentes vários filiados, diretores e convidados.

